

OS ABISMOS REGRESSIVOS DA HISTÓRIA: ANOTAÇÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL (2008-2011)

*Valerio Arcary**

Se a produção capitalista gera um mercado suficiente para si, a acumulação capitalista (considerada objetivamente) é um processo ilimitado. Se a produção pode sobreviver, continuar a crescer sem obstáculos, isto é, se pode desenvolver as forças produtivas ilimitadamente,[...] desmorona um dos mais fortes pilares do socialismo de Marx.[...] Mas [...] o sistema capitalista é economicamente insustentável. [...] Se, no entanto, aceitarmos com os “especialistas” o caráter econômico ilimitado da acumulação capitalista, o socialismo perde o piso granítico da necessidade histórica objetiva. Ficamos perdidos nas nebulosidades dos sistemas pré-marxistas que queriam deduzir o socialismo somente da injustiça e maldade do mundo, e da decisão revolucionária das classes trabalhadoras. (LUXEMBURGO, 1980:31)¹

Rosa Luxemburgo

Este artigo apresenta três hipóteses de interpretação da situação aberta pela crise econômica dos últimos três anos: o capitalismo está se confrontando, a cada crise, com seus limites históricos; a perspectiva de situações revolucionárias nos elos mais frágeis do sistema está mais próxima. Contudo, paradoxalmente, as duas premissas anteriores não permitem concluir que o socialismo está mais perto. Em outras palavras, afirma o argumento de que estamos diante de um impasse histórico, um período transitório, que poderá mergulhar a sociedade em um abismo regressivo.

Abismos regressivos já vitimaram sociedades contemporâneas, desde o final da Segunda Guerra Mundial, incontáveis vezes, e das mais diferentes e terríveis formas. Na forma de limpezas étnicas, por exemplo, quando da fundação do Estado de Israel, a nakba palestina em 1948²; ou na forma de genocídios, como no Ruanda, em 1994, ou na Bósnia, entre 1992/95. Mas ocorreram, tragicamente, outras formas de regressão histórica, como as ditaduras no cone sul da América Latina nos anos setenta, ou as sequelas da restauração capitalista na Rússia nos

* Doutor em História pela USP e professor do IFSP.

¹ Este ensaio é também conhecido como a Anticrítica.

² **Nakba** é uma palavra árabe que significa “catástrofe” ou “desastre” e designa o êxodo palestino de 1948 quando pelo menos mais de 700.000 árabes palestinos, segundo dados da ONU, fugiram ou foram expulsos de seus lares, em razão da guerra civil de 1947-1948 e da Guerra Árabe-Israelense de 1948. Limpezas étnicas são remoções forçadas de populações com o uso de violência estatal que resultam em migrações forçadas.

anos noventa.

A perspectiva de uma estagnação econômica internacional, por uma década, como tem sido admitida por analistas de mais diversas tendências, merece ser caracterizada, também, como uma regressão, pelas consequências sociais e políticas imprevisíveis que provocará. Uma das mais plausíveis é a confirmação da tendência a uma queda acentuada do salário médio nos países centrais (EUA, União Européia e Japão). Pela primeira vez, desde o pós-guerra, a geração mais jovem será mais pobre que a mais velha. Outra, também, provável, é a revogação das políticas públicas do chamado bem estar social, sendo a previdência dos mais velhos, o salário desemprego dos ativos, e o acesso à educação gratuita dos mais jovens, três dos alvos prioritários dos ajustes. As relações entre o centro e a periferia do capitalismo deverão conhecer, também, transformações reacionárias como reprimarização, desnacionalização e recolonização. Em que proporção cada um destes processos atingirá cada Estado nacional em geral, ou o Brasil em particular, não é ainda razoável prever.

A última crise do capitalismo e a teoria da crise última

As últimas crises econômicas confirmam que os limites históricos do capitalismo estão mais estreitos. *É verdade que estes limites nunca foram fixos, mas o fato de serem móveis não quer dizer que não existam.* Eles resultam de uma luta política e social. Vivemos em uma época histórica em que os destinos políticos e econômicos da civilização se decidem na arena mundial, ainda que a luta política se desenvolva, aparentemente, em marcos nacionais. Do futuro desta luta de classes internacional dependerá a longevidade do capitalismo. O que, no entanto, é previsível, é que a senilidade do sistema exigirá mudanças regressivas, ou seja, reacionárias, historicamente, até em relação ao passado do capitalismo. O futuro deste passado será cada vez mais próximo ao prognóstico de barbárie crescente.

Em alguns períodos, os horizontes histórico-sociais do capital se contraíram (depois da vitória da revolução russa; depois da crise de 1929; depois da revolução chinesa; depois da revolução cubana; depois do Maio de 1968; depois da revolução portuguesa), e em outros se expandiram (depois do New Deal de Roosevelt; depois do acordo de Yalta/Potsdam, ao final da II Guerra Mundial; depois de

Reagan/Thatcher nos anos 80). O capitalismo não terá “morte natural”, o que não é o mesmo que dizer que não se manifestou na história uma tendência ao desmoronamento, isto é, uma tendência a crises cada vez mais sérias e destrutivas, que ficou conhecida na tradição marxista como a teoria do colapso.³

Os últimos cento e cinquenta anos já foram um intervalo histórico suficiente para se concluir que *o capitalismo não morre de morte natural*: suas crises convulsivas, por mais terríveis, não resultam em processos revolucionários, a não ser quando surgem *sujeitos sociais com disposição revolucionária*. Os critérios objetivistas que diminuem a centralidade do protagonismo do proletariado e das classes oprimidas foram refutados pela história. Os vaticínios políticos catastrofistas neles inspirados, se aproximaram perigosamente de uma versão marxista de um *novo milenarismo*.⁴

Ainda nos *Grundrisse*, Marx deteve-se no comentário das contratendências que poderiam neutralizar e até, em determinadas circunstâncias histórico-sociais, inverter de maneira transitória a ação dos fatores que pressionam no sentido da queda da taxa média de lucro e, portanto, da precipitação da crise, como se pode perceber a partir deste fragmento:

No movimento desenvolvido do capital existem fatores que detêm este movimento mediante outros recursos que não as crises, como, por exemplo: a contínua desvalorização de uma parte do capital existente; a transformação de uma grande parte do capital em capital fixo, o qual não presta serviços como agente da produção direta; improdutivo desperdício de uma grande parte do capital, etc. [...] Que ademais se possa conter a queda na taxa de lucro, por exemplo, reduzindo os impostos, diminuindo a renda do solo, etc., não é assunto que devamos considerar aqui, por maior que seja sua importância prática, já que se trata de partes do lucro chamadas por outro nome e das quais se apropriaram pessoas que não são o capitalista mesmo. [...] A diminuição é contrabalançada, da mesma forma, mediante a criação de novos setores de produção, nos quais se requer mais trabalho imediato em proporção ao capital, ou naqueles em que ainda não está desenvolvida a força produtiva do trabalho, isto é, a força produtiva do capital (também os monopólios). (MARX, 1997:637, tradução nossa)

O conceito de crise final revelou-se, historicamente, sem fundamento, portanto, politicamente estéril. As crises econômicas do capitalismo continuaram

³ Há um debate interessante sobre o tema conhecido como a discussão sobre a *Zusammenbruchstheorie*, ou teoria do colapso ou desmoronamento. Uma referência útil pode ser encontrada no livro organizado por Lucio Colletti. Para mais, c.f. Colletti, 1985.

⁴ São caracterizados por uma parte da historiografia como milenaristas alguns movimentos populares europeus de inspiração mística e, algumas vezes, messiânicas, da Idade Média e Moderna que acreditavam no advento de um novo mundo com a inauguração de um novo milênio. O livro de Norman Cohn é uma das referências para este tema. Para mais, c.f. Cohn, 1970.

a se manifestar com uma intensidade destrutiva que não deve ser subestimada. Mas da regularidade da crise não se pode retirar outra conclusão que não seja que a sociedade estará condenada a sofrer, convulsivamente, as dores do parto de uma transição que vem se revelando muito mais longa do que eram os prognósticos de Marx.

Marx apostava na hipótese de que o peso crescente do maquinismo, ou seja, da ciência objetivada como tecnologia, como uma força produtiva aplicada em larga escala, exigiria uma tal imobilização de capital, que a tendência à queda da taxa média de lucro seria irrefreável, donde o prognóstico da precipitação de crises mais destrutivas e devastadoras. Como se pode conferir adiante:

Na mesma proporção, portanto, que no processo de produção o capital enquanto capital ocupe um espaço maior em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresça a mais-valia relativa - a força criativa própria do capital - tanto maior será a queda da taxa de lucro (...) Esta é, em todos os aspectos, a lei mais importante da economia política moderna e a essencial para compreender as relações mais difíceis. É, do ponto de vista histórico, a lei mais importante. É uma lei que, apesar de sua simplicidade, nunca foi compreendida. (tradução nossa). (MARX, 1997:634)

O próprio Engels intervém no debate preocupado com ênfases excessivas ou deformadamente deterministas que eram feitas em nome de Marx. Na conhecida carta a Kugelmann apresenta a fórmula do paralelograma de forças, um esforço de reequilibrar/reordenar a articulação das causalidades, sugerindo que Marx utilizava diferentes níveis de abstração quando buscava o estudo de cortes de temporalidades ou esferas distintas de análise (MARX E ENGELS, s/d). Mas a conclusão fundamental do Prefácio, aquela que indicava a reflexão sobre a transição como sendo uma longa época em que a *necessidade* do desenvolvimento histórico colocava a possibilidade da revolução social permanecia sendo reivindicada. Necessidade e possibilidade se definem assim em uma unidade dialética que não se confunde com fatalismo.

Capitais fictícios e financeirização: a crescente vulnerabilidade do sistema

Enquanto o capitalismo vivia sua época histórica de gênese e desenvolvimento, estas crises destrutivas eram, relativamente, mais rápidas e suaves. O debate histórico mais interessante da atualidade remete, portanto, a este

tema: *a época em que o capitalismo ainda tinha um papel progressivo, ficou ou não para trás?* O argumento deste texto é que estamos diante de um período histórico de decadência do sistema. Uma época em que reformas são mais difíceis, embora não sejam impossíveis, e revoluções mais prováveis, embora o desenlace da luta pelo socialismo permaneça muito incerta.

Todos os Estados, mesmo aqueles que têm uma posição dominante no mercado mundial, estão condicionados pela pressão do capital financeiro. Desde 2008, os mágicos keynesianos substituíram os ilusionistas neoliberais à frente de vários governos, mas enfrentam muitas dificuldades para “salvar” o capitalismo dos capitalistas. Os impostos futuros, consumidos nos últimos três anos na forma de emissão de dívida para a compra de participação estatal em empresas e bancos privados ameaçados de falência, comprometerão a possibilidade de emissão de novos títulos amanhã, sob pena de uma desvalorização das moedas de entesouramento (dólar norte-americano; libra inglesa, franco suíço, euro; yen), ou seja, o perigo de inflação. A crise aberta em 2008 vem confirmando as análises que estimam que ela só pode ser comparada com a crise de 1929, e não deve ser considerada somente a forma da última crise cíclica, como em 2000/2001, 1991/92, ou 1981/82.⁵

A economia capitalista conheceu, ao longo dos últimos trinta anos, três ciclos de relativo crescimento econômico, que dependeram muito da expansão do consumo do mercado norte-americano, portanto, da financeirização. A inovação mais significativa do capitalismo nos últimos trinta anos foi a *financeirização*. A *alavancagem de capitais assumiu uma nova escala, totalmente diferente do passado*. Financeirização sempre existiu, porque o recurso ao crédito é inerente à operação do capitalismo. O que mudou foi que a *grandeza* da fuga de capitais da produção para o mercado financeiro, e a *magnitude* da explosão de dívidas. Dívidas de consumo das famílias nos países centrais, em especial, dívidas para aquisição da casa própria, dívidas empresariais, em especial para aquisições e fusões, e dívidas públicas, em proporções muito maiores que no passado. *A financeirização permitiu ao capital ganhar tempo, na medida em que a dimensão colossal do volume de capitais acumulados compensaram, transitoriamente, a lentidão da valorização*. Assistimos agora à crise gerada pela financeirização acelerada desde os anos oitenta com a criação

⁵ O livro de Robert Brenner **O boom e a bolha**, publicado em português pela Record em 2003 é uma apresentação do tema da crise que explodiu ao final dos anos noventa.

dos derivativos.

Derivativos são ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo, que pode ser também, financeiro (moedas, títulos de dívidas públicas, ações) ou uma mercadoria (ouro, imóveis, *commodities*). Podem ser, também, operações financeiras que tenham como base de negociação o preço de um ativo negociado nos mercados futuros. De todos os derivativos, os mais perigosos parecem ser os *swaps* (em inglês, *credit default swaps*, CDS). Os *swaps* são uma cobertura de risco, algo parecido a uma apólice de seguro para cobrir (em inglês, fazer *hedge*) uma possível moratória de uma dívida. Mas há grandes diferenças com os seguros. Por exemplo, estas operações não estão reguladas. As instituições que oferecem este tipo de contratos não estão obrigadas a manter reservas relacionadas com as operações que realizam. Os CDS foram inventados pelos bancos precisamente para evitar as exigências de fiscalização sobre as suas reservas. Se outra instituição absorvia o risco (em troca de um prêmio), o banco podia liberar suas reservas. A alavancagem disparou para o espaço, e o volume dos derivativos passou a ser incalculável. Os CDS foram usados, também, para contornar as restrições que os fundos de pensão tinham para emprestar recursos a empresas com uma qualificação de risco insuficiente por parte das agências. A crise atual se manifestou como crise financeira quando ocorreu a desvalorização destes papéis, ou seja, quando começaram a derreter estes capitais fictícios.⁶

Foi a financeirização que facilitou a expansão do crédito que impulsionou os mini-booms dos anos oitenta com Reagan, dos anos noventa com Clinton, e dos anos de 2001/2008 com Bush. Operaram, com força de influência variada, os outros quatro fatores identificados por Marx como contra-tendências de freio à queda da taxa média de lucro, expressão da decadência do capitalismo: o barateamento das matérias primas; a renovação de tecnologias; a internacionalização até à última fronteira e, o mais importante, o aumento da exploração do trabalho.⁷

Nos dois primeiros mini-booms verificaram-se quedas importantes nos preços do petróleo e dos grãos, embora não na última; o desenvolvimento da micro-eletrônica e da telemática foram significativas para o impulso da reestruturação

⁶ Um estudo do banco Morgan Stanley informa que o volume dos contratos de CDS chegará, em 2012 e 2013, a uma altura, respectivamente, de 3,2 y 3,3 trilhões de dólares. Disponível em: <http://www.alencontre.org/index.html> Consulta em 16/11 /2011.

⁷ A publicação em português dos **Grundrisse** de Marx (Boitempo, 2011) é uma referência indispensável para o tema das contra-tendências que, historicamente, operam para freiar a queda da taxa média de lucro.

produtiva, sobretudo, nas duas últimas décadas do século XX; o crescimento chinês e, em menor medida, da Índia, foi um fator de impulso nos últimos vinte anos; a estagnação do salário médio nos EUA e a restauração capitalista, incorporando centenas de milhões ao mercado mundial, pressionou para baixo o salário médio nos EUA, Europa e Japão.

A crise das dívidas públicas e a ruína dos pactos sociais nos países centrais

A recuperação da taxa média de lucro foi um dos fatores que voltou a favorecer o investimento, mas em uma escala inferior à etapa política do pós-guerra (1945/89). O barateamento do crédito foi, também, um fator das recuperações das últimas três crises mundiais. A montanha de derivativos cresceu até atingir o pico de US\$ 600 trilhões, ou mais de 10 PIB's mundiais, segundo o Banco de Compensações Internacionais de Basileia, e transformou-se em um obstáculo, porque o movimento de rotação de capital não foi mais possível nesta escala.

Deixou de ser política e socialmente razoável a valorização de capital, mesmo que muito lenta, quando o volume de capitais fictícios atingiu esta dimensão estratosférica.⁸ Em outras palavras, o estoque estimado de capitais fictícios, se a valorização for à escala de 2,5% ao ano, ou seja, o nível da inflação anual dos países centrais, teria que consumir 25% do PIB mundial. Um quarto da produção mundial para a remuneração de capitais fictícios só seria verossímil com a restauração de condições de vida semelhantes às da escravidão, e regimes como o de Hitler. Uma parte importante desta massa de capitais fictícios já foi destruída pela desvalorização dos últimos três anos (pelo menos 50%, se considerarmos a queda do dólar, do euro e das principais Bolsas de Valores, e dos imóveis, por exemplo), e a fogueira ainda está ardendo.⁹

O mesmo problema está na raiz da crise dos endividamentos públicos

⁸ Desde 2010 o BIS de Basileia passou a fiscalizar a implementação de um acordo que prevê a exigência de aumento das reservas bancárias de 4,5% para 6% do valor dos ativos bancários, o que não resolve o problema dos bancos *too big to fail*. A informação está disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/specials/crise_financeira/Novas_regras_para_reforçar_os_bancos.html?cid=28321876 Consulta em 17/11 /2011.

⁹ Uma referência instigante sobre o impacto mundial da destruição de capitais fictícios pode ser encontrado nos artigos do economista suíço Charles André Udry. Em português no site: http://www.combate.info/index.php?option=com_content&view=article&id=289:uma-nova-guerra-social-abre-se-na-europa&catid=23:forma-marxista&Itemid=41 Consulta em 14/12/2011.

acima dos 100% dos PIB's nos países centrais. O endividamento do Estado não é senão a antecipação para o presente de receitas fiscais futuras, os impostos que serão pagos nos anos por vir e, em prazo mais longo, pelas futuras gerações. Ao contrário de empresas, Estados não podem falir, mas podem cair em situação de inadimplência por incapacidade de rolagem dos juros, com moratória das dívidas. Foi o que aconteceu com o Brasil durante o governo Juscelino Kubitschek, nos anos cinquenta, e José Sarney, nos anos oitenta. Isso significa que Estados, mesmo os Estados centrais, não conseguem se endividar além de sua capacidade de pagamento, porque os investidores perderão a confiança nos títulos, e exigirão em contrapartida juros mais elevados para renovação dos empréstimos.

Um maior endividamento se traduzirá em um comprometimento de despesas que impedirá investimentos futuros e provocará recessão crônica, ou desestabilização política pelos cortes nas despesas dos serviços públicos com seqüelas sociais imprevisíveis.¹⁰ A expectativa dos rentistas condicionou, historicamente, o volume de estoque das dívidas públicas e o custo de rolagem dos empréstimos. A financeirização transformou os títulos públicos de qualquer Estado - inclusive, no limite, os dos EUA - em papéis que podem, também, apodrecer, desde que os investidores percam a confiança de que o Estado poderá honrar seus compromissos. Não há qualquer garantia, a priori, de que os títulos públicos não virem tóxicos, ou seja, inegociáveis pelo valor de face.¹¹

Por isso é que os marxistas afirmam que o limite do capital é o próprio capital. Quando a valorização encontra obstáculos intransponíveis, começa a destruição de capital. Essa destruição assumiu em outras crises, inicialmente, a forma de desvalorização. Essa é a forma leve, ainda que a escala da destruição seja magnífica, superando as centenas de trilhões de dólares. Mas, quando o pânico se precipitar - e o pânico poderá se instalar a qualquer momento, porque isso já aconteceu no passado -, quando os governantes perderem a credibilidade, a fuga dos ativos será a ante-sala de uma ruína nunca vista.

Em outras palavras, a superação da crise atual não é impossível, mas vai

¹⁰ Uma referência indispensável para contextualizar este tema tem sido o trabalho de Cláudio Katz que pode ser consultado no site: <http://lahaine.org/katz/>

¹¹ Uma boa referência sobre o tema é o economista marxista Anwar Shaikh, estudioso da tendência histórica à queda da taxa média de lucro. Uma conferência está disponível em: <http://radicalnotes.com/journal/2009/06/13/anwar-shaikh-on-marx-and-the-global-economic-crisis/>
Consulta em 13/11/2011.

depende do curso da luta de classes. Uma derrota da classe trabalhadora terá o custo de uma regressão econômica social imensa – a destruição do padrão de vida na Europa no último meio século, por exemplo - reatualizando o prognóstico marxista de socialismo ou barbárie.

A parasitagem das dívidas públicas foi um dos negócios mais rentáveis da expansão mundial da liquidez das últimas três décadas. Os credores dos títulos públicos se entesouraram nestes papéis, buscando a máxima rentabilidade e a máxima segurança. O aumento da dívida do Estado em relação ao PIB eleva, contudo, o custo da rolagem da dívida. O que se revelou, no passado, incompatível com a preservação dos gastos públicos, e traz como ameaça um agravamento da recessão. Desde que Washington renunciou à convertibilidade fixa do dólar, em 1971, e preferiu que ela flutuasse livremente, em função da oferta e procura, o Estado aumentou as possibilidades de endividamento. Foi uma resposta fiscal de tipo keynesiano à desaceleração do crescimento do pós-guerra nos anos setenta, permitindo a redução dos custos produtivos dentro dos EUA, comparativamente à Alemanha e ao Japão, com a redução do salário médio. A moeda norte-americana desvalorizou-se, porém, preservou o seu papel de moeda de reserva mundial. A política de Obama para evitar a depressão após 2008 foi, portanto, uma reedição da política de Nixon no início dos anos setenta, mas diante de uma ameaça imensamente mais grave: os custos da “fuga em frente” são imprevisíveis.

Menos reformas e mais revoluções

Mudanças desta magnitude só foram possíveis depois de bruscos deslocamentos da relação social de forças entre as classes em cada país, e uma alteração do posicionamento dos Estados no sistema mundial. Essas gigantescas transferências de riqueza e poder entre classes, entre monopólios, e entre Estados nunca puderam ser feitas sem enfrentar resistências. Quando a reação fracassa, e a possibilidade de concessões parciais, por variados fatores, fica diminuída ou é mais restrita, a probabilidade de situações revolucionárias aumenta. O que está em disputa é uma reconfiguração econômica, social e política do mundo tal como o conhecemos.

A hipótese teórica que orienta este texto é que reformas do capitalismo

serão mais difíceis e situações revolucionárias mais prováveis. Um novo New Deal, como nos anos trinta, é impensável. Um novo Bretton Woods, como em 1944, é implausível. Um novo *big boom*, como no pós-guerra, é impossível. Quando uma ordem econômica, social e política revela incapacidade para realizar mudanças por métodos de negociação, concertação ou reformas, as forças sociais interessadas em resolver a crise de forma progressiva recorrem aos métodos da revolução para impôr a satisfação de suas reivindicações. Essa foi a forma que assumiu a defesa de interesses de classe na história contemporânea. A história, contudo, não é sujeito, mas processo. O seu conteúdo é uma luta. Essa luta assume variadas intensidades. A revolução política é uma dessas formas, e a frequência maior ou menor em que ela se manifesta é um indicador do período histórico. *Todas as revoluções contemporâneas tiveram uma dinâmica anticapitalista, maior ou menor, mas não foram todas revoluções, socialmente, proletárias. Todas as revoluções socialistas da história começaram como revoluções políticas, ou como revoluções democráticas.*¹²

Quando existiu a possibilidade de revolução, esteve presente, também, o desafio de vencer o perigo da contra-revolução. No passado, soluções reacionárias da crise econômica, como depois da crise dos anos setenta, ou até uma saída contra-revolucionária, como foi o nazi-fascismo depois da crise 1929, permitiram uma recuperação transitória, que não foi suficiente para impedir que novas crises, ainda mais sérias, explodissem alguns anos mais tarde. O sistema conseguiu ganhar algum tempo, mas a anarquia da produção capitalista voltou a se manifestar de forma catastrófica, demonstrando que o prognóstico marxista sobre o destino do capitalismo permanecia vigente.

O ano de 2001 foi o ano em que a revolução atingiu o norte de África e o Médio Oriente, aumentando o isolamento político de Israel, e potencializando a resistência palestina. Uma segunda onda revolucionária sacudiu o mundo árabe com uma força de impacto só comparável com a onda que se iniciou na luta pelas independências dos Impérios europeus no final dos anos quarenta, e que culminou na Argélia entre o final dos anos cinquenta e início dos sessenta.

As consequências desta segunda onda revolucionária, em uma das regiões onde se decidirá o futuro da situação mundial, ainda são incertas, por muitas razões. Entre outras, poderá até incendiar a disposição de luta de dezenas de

¹² Sobre este tema há uma imensa bibliografia. Mas parecem, especialmente, sugestivos: Trotsky, 1979; Luxemburgo, 1974; Bensaïd, 1995.

milhões de muçulmanos que constituem a fração mais explorada do proletariado da Europa, sobretudo, na França, onde os árabes já superam 10% da população economicamente ativa, e na Alemanha, onde a imigração dos turcos foi essencial para manter reprimidos os custos da força de trabalho. O ano de 2011 foi, também, o ano em que as mobilizações na Grécia, na Espanha, em Portugal e, em menor medida, na Itália, sinalizaram a perspectiva de situação revolucionárias na Europa do Mediterrâneo, pela primeira vez, desde o final dos anos setenta. Estará em disputa a possibilidade da revolução no norte da África e do Oriente Médio abrir o caminho para segundas independências, com todas as sequelas que teria a perda de controle do imperialismo sobre as maiores fontes de abastecimento de petróleo, mas, também, a destruição das políticas públicas de bem estar social que ainda estão de pé na Europa Ocidental, ou a redução da Grécia, Portugal e, talvez, até da Espanha à condição de semi-colônias do eixo franco-alemão na União Européia.

Iminência de situações revolucionárias nos elos mais frágeis

A iminência da revolução é um conceito perigoso, porém, inescapável: por iminência deve-se compreender mais ameaça do que proximidade. Não há sismógrafo de situações revolucionárias. O que condicionou, historicamente, a possibilidade de revoluções foi a pressão objetiva de crises de dimensões catastróficas. Mas, só a existência de crises nunca foi o bastante para que se iniciassem processos revolucionários. Foi indispensável, igualmente, que a mentalidade de milhões de pessoas fosse sacudida pela experiência terrível de que não existiria mais esperança em saídas individuais. Somente quando a nova geração acordou para a inescapável constatação de que teria que aceitar condições de sobrevivência inferiores às dos seus pais, ou seja, somente quando o que era inacreditável em condições normais se impôs de forma ineludível, se precipitaram situações revolucionárias. A hipótese deste texto é que a urgência da revolução voltou a ter significado político imediato. *Mas não autoriza a conclusão de que o socialismo está mais perto.* A luta pelo socialismo requer mais do que ações revolucionárias contra o governo e regime no poder: exige protagonismo proletário independente, e projeto internacionalista. Tanto a presença do sujeito social anticapitalista, como do sujeito político marxista permanecem indispensáveis, porém, ausentes.

Referências

- BENSAÏD, D. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Éditions de la Passion, 1995.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* Trad. Manuel Augusto Araújo. 3.ed. Lisboa, Estampa, 1974.
- . “El Problema en discusión”. In: *La acumulacion de Capital*. México: Cuadernos de pasado y Presente 51, 1980.
- COHN, N. *Na senda do Milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- COLLETTI, L. *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. 3.ed. México: SigloVeintiuno Editores, 1985.
- MARX, K. *Grundrisse*. Mexico: Siglo XXI, p. 637, 1997.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-omega, [s/d]. (vol. I, II e III).
- TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Trad. Mário Pedrosa. São Paulo: LECH - Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.